

selheiros na sessão de 11/12/81, quanto ao reconhecimento de cursos de formação de Agentes e Oficiais de Segurança ministrados pelo Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, e com base principalmente em sugestão apresentada àquela sessão pelo Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, concluiu da seguinte forma o seu parecer: "Cabe ao DEPEN registrar o curso que a escola está ministrando e acompanhar o respectivo desenvolvimento, para verificar se realmente estão sendo observadas as normas baixadas pelo Conselho". Mais uma vez o Senhor Presidente submetera o Parecer a apreciação do Plenário que o aprovava por unanimidade. Relativo a moção oriunda da Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia, postulando que se projete lei a qual estabeleça "normas gerais de recrutamento, treinamento, direitos, deveres e prerrogativas dos Delegados de Polícia estaduais, a serem escolhidos, privativamente dentre Bachareis em Direito", o Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO relatou pa recer firmando que o inicial da proposição encontra-se atendida, tendo em vista a atual preocupação do Ministério da Justiça com a Segurança Pública. Quanto à condição da Autoridade Policial ser bacharel em direito, o relator comentara amplamente artigos específicos do Código de Processo Penal que evidenciam essa condição, e, nesse enfoque, concluiu assim o seu parecer: "Atento a tais motivos, opino no sentido de que, ao ensejo de projetar-se Lei Orgânica de Polícia, se introduza norma estabelecendo o título de bacharel em direito, como requisito da função de Autoridade Policial". Como de praxe, o Senhor Presidente submetera o parecer a apreciação do Plenário que o aprovava por unanimidade. À oportunidade o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, aludindo-se ao tema desenvolvido naquele parecer, apresentou extensa tese sobre o Sistema Policial Brasileiro e o interesse que o Ministério da Justiça vem desenvolvendo no sentido de aprimorá-lo, através dos estudos e propostas elaborados pela Comissão Interministerial, instituída para esta finalidade. Voltando ao parecer inicialmente mencionado solicitou venia, para somar as seguintes observações: "Não basta que a autoridade policial - o Delegado de polícia - seja bacharel em direito, à luz dos critérios novos, traçados pelos anteprojetos de Código de Processo Penal e de Lei de Execução Penal. É imperioso que, depois disso, realize esse bacharel, com proveito, específico estágio, durante ou depois de seu curso universitário, de estudos sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem; sobre a Declaração constitucional dos Direitos e Garantias Individuais; sobre os direitos do preso; sobre o poder de polícia; sobre a prisão em flagrante, o inquérito policial e as garantias processuais; sobre a ética da função pública e, finalmente, sobre as normas reitoras da "Instrução Moral e Cívica". O estágio em referência terá a duração de 02 (dois) anos, e será ministrado nas Escolas de Polícia ou em centros outros, inclusive universitários, ou sob o sistema curricular opcional, ou em convênio com o DEPEN". Alinhadas a estas observações sugerira ao Senhor Presidente fosse incluído à Comissão Interministerial incumbida de projetar Lei Orgânica de Polícia, um representante do CNPP, tendo em vista a estreita relação da filosofia do Conselho com a Segurança Pública. Mencionadas sugestões foram plenamente acolhidas pelo Senhor Presidente que julgou conveniente encaminhá-las à consideração superior do Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça. Para o enfoque de proposições extra-puta, usaram da palavra os Senhores Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI, ANTÔNIO ZAPPALÁ, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA que solicitaram respectivamente: - a) cumprimentos a Folha de São Paulo, e ao Jornal a Tarde Sucursal-Brasília, pela pesquisa e divulgação de assuntos atinentes ao Sistema Penitenciário Brasileiro; b) - Com gratulações aos formandos e dirigentes do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, pela conclusão do curso da primeira turma de Agentes e Oficiais de Segurança daquele Estado, cujo currículo escolar atenderá às normas estabelecidas pelo CNPP. c) - Divulgação do singular e meritório atendimento do Manicômio Judiciário de Alagoas. d) - Referindo-se ao pretendido Encontro Nacional de Política Penitenciária, quando da aprovação do Programa Nacional de Formação Treinamento e Aper

feioamentos de Recursos Humanos Penitenciários, solicitara ao Senhor Presidente fosse examinada a possibilidade de se concretizar em breve o projetado Encontro, dentro dos objetivos específicos propostos na época. As proposições em epígrafe foram aceitas e, àquela que consta da letra "d", deverá ser apreciada e votada na próxima sessão. Aprovada a presente ATA, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva CNPP

DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

Divisão de Permanência de Estrangeiros

Seção de Permanência

DSP S/Nº

Permanências definitivas deferidas pelo Sr. Diretor de Divisão.

PROCESSO Nº 18 971/79	- DOLORES LLODELLA LLOBET DE AGUIAR
PROCESSO Nº 35 393/79	- JOEL CLIFFORD E JEREMY DAVID KALLIN
PROCESSO Nº 39 011/79	- LEOCADIE FARRELL ITURBE
PROCESSO Nº 42 803/79	- ARTHUR CARLOS MENA
PROCESSO Nº 7 517/80	- MARIA MAGRI GAVA
PROCESSO Nº 23 435/80	- NELSON EDDIE RAMON LUGO
PROCESSO Nº 27 299/80	- AMALIA LOPES GALDEANO
PROCESSO Nº 36 931/80	- MONICA GENTILI
PROCESSO Nº 44 491/80	- LIN KOU CHING
PROCESSO Nº 13 703/81	- DONNA LYNN BUCCILLI
PROCESSO Nº 25 789/81	- LUIS MANUEL AMARO BETTENCOURT
PROCESSO Nº 31 535/81	- MARIA TEREZA ALZIRA PEREIRA AZEVEDO
PROCESSO Nº 32 105/81	- USHA
PROCESSO Nº 34 013/81	- OSCAR ARMANDO MALDONADO ASTORGA
PROCESSO Nº 34 051/81	- WATARU MINOGUCHI
PROCESSO Nº 35 429/81	- ALFONSO FRANCISCO GRAZIANO
PROCESSO Nº 36 093/81	- MARIA ROSETE FIGUEIRA PARAU
PROCESSO Nº 36 601/81	- LEE WAH SANG
PROCESSO Nº 1 653/82	- ISABEL MARIA SOMBRINHA MOREIRA
PROCESSO Nº 2 251/82	- RYOJI KAWASHIMA
PROCESSO Nº 4 193/82	- MANUEL MARQUES DA SILVA e NELSON MARQUES DE OLIVEIRA E SILVA
PROCESSO Nº 4 207/82	- MARIANA PAULA DI MAIO
PROCESSO Nº 4 075/82	- JUSTINO ARMANDO GONÇALVES RODRIGUES
PROCESSO Nº 4 743/82	- ISABEL MADALENA FERREIRA DE JESUS MONTES
PROCESSO Nº 27 451/75	- YACOB MOUSA ABED JABER
PROCESSO Nº 1 936/76	- LUIS CARLOS ELEDORO MERINO ROMAN
PROCESSO Nº 2 911/80	- FERNANDO JORGE ANDRADE REBELO
PROCESSO Nº 14 059/80	- ANTONIO ABAYUBA MERLADET FARIAS
PROCESSO Nº 31 205/80	- NAIM DAOUD EL GHARIB
PROCESSO Nº 17 015/81	- YASUHIRO ADACHI
PROCESSO Nº 27 033/81	- SUJATA SEEMANAPALLI, SASTRY KRISHNA SUBRAMANYA VENKATA SEEMANAPALLI e SUNITA VENKATA SEEMANAPALLI
PROCESSO Nº 31 879/81	- NELSA MARIA GONÇALVES MARTINS BRANCO
PROCESSO Nº 32 291/81	- JOHN DEREK BALL
PROCESSO Nº 33 771/81	- DAVID MENDOZA RIFFARACHI
PROCESSO Nº 34 833/81	- DOANH TU DANG
PROCESSO Nº 36 249/81	- DELFINA VERA LEDESMA
PROCESSO Nº 36 251/81	- MANUEL DA FONSECA LEITE PEREIRA LEAL
PROCESSO Nº 36 775/81	- ANA KAREM MOLINA CUNHA, MARY GISSEL MOLINA CUNHA e ANDREA FERNANDA MOLINA CUNHA
PROCESSO Nº 36 691/81	- ADELIA MARTINS PINTO
PROCESSO Nº 37 179/81	- ROBERTO SPINETTA
PROCESSO Nº 37 517/81	- DAVID BUCHANAN
PROCESSO Nº 071/82	- MARIA AMELIA SOARES MONTEIRO FREITAS
PROCESSO Nº 619/82	- MARIA TERESA COURACEIRO
PROCESSO Nº 4 143/82	- MIGUEL ANTONIO DE OLIVEIRA RODRIGUES SANTIAGO